

# 1

## Introdução

Sob o amparo de certas reflexões sociológicas é objeto deste estudo explicitar algumas das principais e mais deletérias consequências dos processos econômicos de flexibilização. Palavra que define as mais novas e ambiciosas metas do novo capitalismo para o ritmo de crescimento inusitado da riqueza, a partir da livre circulação do capital no espaço global.

No âmbito do trabalho (especialmente a partir das pesquisas de Richard Sennett e Max Weber) procuramos destacar que a ênfase sobre a flexibilidade, compreendida como a desregulamentação das medidas de estabilidade – forjadas a partir de longos e intensos confrontos políticos e sociais –, pressagia o fim dessa atividade admitida como um tipo de planejamento seguro das trajetórias de vida. Sob o domínio da flexibilidade o trabalho tende a se aliar às condições sistêmicas de uma economia cuja operacionalidade é inseparável da produção de riscos e da impossibilidade de oferecer garantias.

Num mundo de instituições flexíveis ordenadas segundo uma fragmentação do tempo, as vivências subjacente à atividade do trabalho não permitem estabelecer objetivos de longo prazo (o que elimina os últimos resquícios da ética da procrastinação examinada por Weber) e mesmo expectativas de controle individual sobre as condições de vida. Daí que não deva surpreender o fato de que o sistema capitalista flexível, como explica Richard Sennett, possua uma nova codificação ética para o trabalho, com destaque sobre a tolerância, a disposição para se ajustar à ordem da instabilidade, mas também a capacidade de se desprender das experiências passadas.

No cenário político (particularmente a partir das contribuições de Zygmunt Bauman e também de Ulrich Beck) interessa-nos mostrar que a ambiciosa pretensão das forças econômicas mudas e anônimas em “dar as cartas” do espaço extraterritorial em que circulam, tem promovido com algum sucesso a “emancipação do econômico”. A saber, a consolidação da sobreposição da política pela ordem econômica em virtude de uma política co-operada pela economia. Fenômeno que é ilustrado tanto pela expropriação do poder político,

em função da poderosa capacidade de determinação das forças econômicas globais, quanto pela admissão da marginalidade política dos não consumidores (e principalmente dos que Bauman chama de “consumidores falhos”), incapazes de promover o crescimento econômico, naturalmente acolhido como objetivo principal aferido pela capacidade de consumo numa sociedade de consumidores.

A análise geral do expediente de flexibilização com que o novo capitalismo ataca as regras a partir das quais a modernidade constituiu o mundo do trabalho e o empenho político, procura enfatizar que a ordem do descontrole é um fenômeno contemporâneo à desregulamentação econômica. Admite-se portanto que é justamente pela colonização econômica das atividades antes definidoras das trajetórias da vida individual e coletiva (respectivamente trabalho e política) que a era da flexibilidade engendra descontrole estrutural, instabilidade e riscos endêmicos.

A análise sociológica a respeito de algumas das mais importantes implicações do recente sistema capitalista flexível, de nenhum modo erra alvo quando vincula o problema geral da instabilidade sistêmica ao descontrole das condições de vida, aos riscos sociais (a que esse descontrole se prende) e à promoção de uma mentalidade de curto prazo. Afinal, estes são de fato fenômenos particularmente testemunhados no âmbito do trabalho e do domínio político, conforme a análise que segue.

Esses setores dos assuntos humanos que a modernidade concebeu como meios de controle das condições de vida, foram de algum modo colonizados no movimento com que as forças econômicas globais deixam atrás de si um lastro disseminado e crescente de impotência e desnorteio. Revestida de um extraordinário poder nas sociedades que concebem o crescimento econômico como a pedra de toque de todo o ordenamento político, a economia tende a representar toda forma de planejamento, o próprio controle e as regulamentações políticas como um estorvo ao desenvolvimento.

Apesar de bem explicar a operacionalidade da ordem flexível, a abordagem sociológica não se compromete nem tampouco nos leva à parte mais profunda do solo histórico em que o descontrole econômico lança raízes. Tal é a justificativa para o esforço de articulação do exame sobre o descontrole da ordem capitalista flexível com o diagnóstico Arendtiano acerca da modernidade. Para Arendt a dilatação social da relação econômica entre consumo e produção (que

deflagra uma espécie de crescimento automático da economia e de seus valores no mundo humano) é na verdade o derradeiro corolário de certos eventos históricos que se situam no limiar da modernidade e a atravessa completamente.

A chamada “vitória do trabalho” na modernidade, presente em *A condição humana* de Hannah Arendt, é no fundo um processo histórico complexo e multifacetado. Mas que em suas linhas gerais envolve particularmente a orientação econômica com que a política moderna escamoteou o antigo abismo entre as esferas privada e pública da existência, mas também o fato de que o novo ritmo de produção industrial diluiu a produção de coisas duráveis (e a própria atividade correlativa que Arendt chama de fabricação) no interior da atividade que prepara as coisas para o consumo – o “trabalho”, no sentido peculiar conferido pela análise fenomenológica de Hannah Arendt.

Para o nosso propósito importa sublinhar que a supremacia do “trabalho” assim compreendido, isto é, como atividade atinente ao processo biológico humano (trabalho/consumo), no âmbito da política tanto quanto no mundo da produção, tem como consequência fundamental uma progressiva e irrefreável implicação do biológico sobre o poder político e sobre os limites que separa a vida em sentido elementar do artifício humano a que Arendt denomina mundo.

Neste caso, o aspecto compulsório ou o descontrole que, por exemplo, no cenário atual traduz as “necessidades” econômicas em imperativos políticos, é antes uma expressão do curso automático da fertilidade natural da vida deslocada para o mundo humano. A admissão universal e, principalmente, a prioridade política dos ideais econômicos de fertilidade e abundância nas sociedades de trabalhadores/consumidores, remetem aos mais remotos e decisivos eventos modernos associados à emancipação da mentalidade consumidora e à conseqüente dinâmica do processo vital que este eventos terminam por liberar no mundo – resumidamente à vitória do trabalho (em sentido fenomenológico) sobre a ação política e sobre a atividade da fabricação, ou a vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber* e sobre o homem de ação, tal como se expressam respectivamente na relação com um mundo durável de coisas e na política orientada pelo ideal de liberdade.

De qualquer maneira, o descontrole dos assuntos humanos que nasce do deslocamento da dinâmica vital para o mundo aponta para um crescimento econômico cujo caráter compulsório, em última análise, se radica numa forma

incontida de alargamento da fertilidade da vida humana – agora situada em um ambiente não-natural incapaz de contê-la. Em função disso, o mundo compreendido como domínio da artificialidade é igualmente arrastado para o metabolismo do processo vital humano, que por sua vez se inscreve no movimento circular da natureza.

Arendt compreende que economicamente demovidas da natureza para o mundo, a fertilidade e a abundância da vida tendem sempre à uma relação necessária, crescente e incontrolável de metabolismo com o universo do artifício. Esta é naturalmente a expressão fundamental, e por isso mesmo a manifestação básica do descontrole que a economia moderna, enredada no processo vital, lança no mundo humano.